

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº     , DE 2017**

(Do Sr. VITOR VALIM)

Solicita informações ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre a retirada de barracas na Praia do Futuro (Fortaleza – CE).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à retirada de barracas da Praia do Futuro (Fortaleza – CE).

Solicita-se, sobre esse assunto, as seguintes informações:

1. Há possibilidade de regularização das atividades comerciais e turísticas na praia do Futuro ou haverá desocupação da área?
2. Que medidas vêm sendo adotadas pelo Ministério, especificamente pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para regularizar as atividades comerciais e turísticas na praia do Futuro?
3. Em caso de desocupação parcial, quais os critérios para seleção das atividades que serão mantidas e a quem caberá essa decisão?

## JUSTIFICAÇÃO

Notícias recentes têm aumentado a insegurança e apreensão de comerciantes e prestadores de serviço que atuam na praia do Futuro, em Fortaleza (CE), em virtude da ameaça de retirada das barracas ali instaladas, as quais são objeto de uma Ação Civil Pública (ACP) que se arrasta desde 2005.

O contexto econômico desfavorável acentua a preocupação dos trabalhadores, dada a relevância da atividade para a geração de emprego e renda, bem como para o fomento do turismo.

Segundo nota oficial publicada pelo Ministério Público Federal, a controvérsia principal da ação reside na alegação de que os 153 equipamentos demandados ocupam, com barracas e outras edificações, áreas de bem de uso comum do povo caracterizadas como praia, onde nenhuma edificação definitiva é possível, causando ainda sérios danos ambientais, uma vez que construídas sem o devido licenciamento ambiental prévio e até mesmo sem esgotamento sanitário<sup>1</sup>.

Os autores da ação pediram a demolição das construções irregulares, das quais 101 estariam impedindo o livre acesso à praia e 43 estariam sem registro ou inscrição junto ao órgão federal competente para autorizá-las, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU). O prefeito de Fortaleza, por sua vez, declarou apoio à permanência das barracas<sup>2</sup>.

Em 13 de março deste ano, foi publicada matéria intitulada “Retirada de barracas da Praia do Futuro não será imediata, diz MPF”, na qual se explica que uma eventual decisão judicial pela retirada das instalações teria o condão de reconhecer a ilegalidade da ocupação da faixa de praia e, a partir disso, dar-se-ia início a um processo de negociação para o desenvolvimento de um projeto de requalificação urbanística de toda a Praia do Futuro<sup>3</sup>. Ocorre que

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-publica-nota-oficial-sobre-atuacao-no-casos-das-barracas-da-praia-do-futuro>. Acesso em: 20.mar.2017.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/prefeitura-declara-apoio-manutencao-de-barracas-na-praia-do-futuro-no-ce.html>. Acesso em: 20.mar.2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/retirada-de-barracas-da-praia-do-futuro-nao-sera-imediata-diz-mpf.html>. Acesso em: 20.mar.2017.

a decisão judicial, que deveria ter ocorrido em 15 de março, foi adiada por um pedido de vista e ainda não tem data para ser votada<sup>4</sup>.

Em caso similar, que afeta barracas na praia do Francês, em Alagoas, o Governo tem se mostrado disposto a regularizar as atividades para garantir a continuidade das atividades turísticas e comerciais. Vislumbra-se, nesse caso, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta a ser assinado pelo Ministério do Turismo, Ibama, Ministério Público e pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)<sup>5</sup>.

Diante disso, a fim de alcançar a adequada compreensão dos procedimentos que serão adotados pelo Poder Executivo para desocupação ou regularização da Praia do Futuro, apresentam-se os questionamentos listados nesse requerimento.

Sala das Sessões, em        de        de 2017.

Deputado VITOR VALIM

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/trf5-adia-decisao-sobre-barracas-da-praia-do-futuro-por-pedido-de-vistas.html>. Acesso em: 20.mar.2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://tribunahoje.com/noticia/205667/politica/2017/03/16/ministerio-deve-aportar-recursos-para-requalificacao-da-oria-da-praia-do-frances.html>. Acesso em: 20.mar.2017.